

**FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO - FCJP
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Maria Geralda Rodrigues

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA
ESCOLA**

João Pinheiro – MG

2016

Maria Geralda Rodrigues

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Artigo apresentado ao Curso de Ciências Biológicas da Faculdade Cidade de João Pinheiro, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II).

Orientador: Prof^o. Dayse Cristina Silveira Costa

João Pinheiro – MG

2016

MARIA GERALDA RODRIGUES

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Trabalho de conclusão de curso aprovado em 08 de Dezembro de 2016, pela comissão organizadora constituída pelos professores:

Orientadora: _____

Prof^a. Esp. Dayse Cristina Silveira Costa

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Examinador:

Prof^a. Me. Daniela Cristina Silva Borges

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Examinador:

Prof^a. Me. Mariana Vaz Landim

Faculdade Cidade de João Pinheiro

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Maria Geralda Rodrigues
Dayse Cristina Silveira Costa **

RESUMO

Este artigo descreve sobre a educação sexual e seu contexto no âmbito escolar através de uma pesquisa qualitativa e exploratória em livros, artigos e internet. O objetivo propõe uma análise da importância do trabalho da escola no desenvolvimento da sexualidade humana. A educação sexual nos conteúdos escolares propõe uma aprendizagem voltada para uma prática sexual segura e responsável entre os adolescentes. A análise da abordagem do tema pela escola é de fundamental importância principalmente pelo despreparo familiar e a exposição realizada pela mídia. A sexualidade deve ser trabalhada de forma específica capaz de garantir o conhecimento necessário aos adolescentes. A educação sexual deve ocorrer no âmbito familiar e na escola de forma articulada e complementar. As famílias não tem a abordagem necessária sobre a educação sexual, a mídia e os colegas são as maiores fontes de informações sobre sexualidade, isso retrata a importância de ser trabalhada a educação sexual nas escolas juntamente com a família.

Palavras-chave: Sexualidade. Adolescentes. Escola. Família.

ABSTRACT

This article describes sexual education and its context in the school environment through qualitative and exploratory research in books, articles and the internet. The objective of this study is to analyze the importance of school work in the development of human sexuality. Sex education in school content proposes learning focused on safe and responsible sexual practices among adolescents. The analysis of the approach of the theme by the school is of fundamental importance mainly by the family unpreparedness and the exposure realized by the media. Sexuality must be specifically designed to guarantee the necessary knowledge to adolescents. Sexuality education must take place within the family and at school in an articulated and complementary way. Families do not have the necessary approach to sex education, the media and peers are the major sources of information about sexuality, this portrays the importance of working sex education in schools with the family.

Key words: Sexuality. Adolescents. School. Family.

1. INTRODUÇÃO

Quando o assunto é a educação sexual existem várias dúvidas e tabus especialmente entres os adolescentes, uma vez que no seu âmbito familiar nem sempre há todas as respostas ou os pais fogem de certas perguntas feitas pelos jovens. Uma forma bastante viável é a escola, pois é um tema que deve ser trabalhado pelo professor dentro do conteúdo de ciências e de biologia e também por todos os outros professores considerando se tratar de um tema interdisciplinar.(NUNES, 2006)

Como estes adolescentes não tem uma abertura familiar que possa tirar as dúvidas, procuram informações com amigos que possuem pouca experiência. Nos dias atuais mesmo com acesso a maiores meios de informações disponíveis a todos, existem varias dúvidas que os pais e os professores nem imaginam que eles tenham. Na adolescência os hormônios são responsáveis por transformações corporais e conseqüentemente transformações psicológicas uma vez que o adolescente esta com o corpo se modificando para adulto e percebe que não é mais criança. (HOLANDA, 2010)

Para os pais essa fase de transformações é complicada, pois mesmo estando num mundo bem evoluído falar de sexo ainda é um tabu. Apesar de este assunto estar cada vez mais exposto na televisão, internet, músicas, revistas, entre outros estampados em todos os meios de comunicação é de difícil abordagem por ser um assunto intimo e que depende de diferenças e preferências individuais. (FURLANI, 2004)

A mídia leva muitas informações e os adolescentes ficam cada vez mais expostos a informações sobre a sexualidade trazendo transtornos racionais e emocionais, assim a família e a escola precisam estar atentas as mudanças e abordar o assunto no momento certo. Pensando nisso busca-se analisar a importância da escola na educação sexual e identificar a fonte de informação dos adolescentes sobre a sexualidade. (TIBA, 1994)

Considerando a escola como espaço privilegiado para a construção do conhecimento dos adolescentes torna-se relevante analisar se a escola desenvolve trabalhos específicos de educação sexual, se estes trabalhos contemplam a prevenção de gravidez indesejada ou Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).

A prática sexual precoce expõe os adolescentes a uma vida de riscos sociais, logo é necessário entender a ação da família dentro deste contexto (OLIVEIRA, 1998)

O desenvolvimento da sexualidade humana ocorre ao longo da vida, iniciando na adolescência e tem a mídia e os colegas como a principal fonte de informações, desconsiderando o apoio familiar que não tem preparação e abertura adequada para atender as necessidades dos adolescentes. A escola se torna a principal responsável em desenvolver projetos que busquem interação com a família e promovam a formação e desenvolvimento de uma sexualidade segura e consciente. (FURLANI, 2004)

O objetivo do artigo foi propor uma análise da importância do trabalho da escola no desenvolvimento da sexualidade humana, teve como metodologia forma qualitativa e exploratória, onde foram realizados levantamentos bibliográficos em livro, artigos científicos, etc., as fontes foram adquiridas como forma de empréstimo em bibliotecas e pesquisa em sites como scielo e google.

2. A SEXUALIDADE HUMANA

A sexualidade é um dos fundamentos que estabelece o ser humano, como um indivíduo tendo a expressão das suas preferências, as suas predisposições ou experiências sexuais na vivência e descoberta da sua identidade ao longo da vida. Segundo Fagundes, (2005, p. 14), “A sexualidade é um elemento que constitui a existência humana e, como tal, precisa ser compreendida em sua totalidade”. De acordo com esta autora, fatores biológicos, psicológicos, religiosos e sócio-culturais exercem forte influência sobre a formação e o direcionamento da sexualidade. (FAGUNDES, 2005, p. 14)

A perspectiva mostra um conceito formado por diversos elementos, nos quais as concepções e os valores transmitidos ao indivíduo ao longo de sua vida exercerão uma influência marcante sobre sua compreensão acerca das questões sexuais. Em se tratando da dimensão social nota-se que algumas instâncias conservadoras da sociedade optam em reduzir a sexualidade à sua função reprodutiva e genital. No entanto, ao tratá-la sob esta perspectiva observa-se um

direcionamento unilateral para a questão biológica e fisiológica. (HOLANDA, 2010, p. 68)

A sexualidade não se encerra apenas nas funções reprodutivas ou nos desejos sexuais, a mesma pressupõe intimidade, afeto, emoções, sentimentos e bem-estar individual. O enfoque biológico não é suficiente para explicar essa dimensão humana. Para dar conta do entendimento desta dimensão humana que é a sexualidade, é preciso, contudo analisá-la como um processo relacional intenso que se fundamenta, basicamente em elementos discretos, complementares: o potencial biológico, as relações sociais de gênero e a capacidade psico-emocional dos indivíduos. Neste sentido, é possível admitir, para uma mais sólida compreensão, que a sexualidade tenha três grandes componentes: O biológico, o psicológico e o sociocultural. (FAGUNDES, 2005, p.16).

Assim, a sexualidade humana é uma dimensão complexa que envolve fatores determinantes nas características do comportamento sexual de cada indivíduo. O componente biológico composto por órgãos associados à reprodução e aos caracteres sexuais contempla uma fisiologia sistêmica regulada por ações hormonais que determinarão as características entre homens e mulheres. O componente psicológico será responsável pelos aspectos referentes à emoção, sentimentos e conflitos, e o componente sociocultural contemplará as normas e os valores presentes na sociedade em diferentes períodos históricos. (RIBEIRO, 2004)

O componente sociocultural exerce uma influência preponderante nos aspectos relativos à sexualidade. O filósofo Michel Foucault concebeu a sexualidade como uma construção social criada, basicamente, para submeter o corpo individual ao controle coletivo da sociedade. Segundo ele, “o conceito de sexualidade não é uma categoria natural, mas uma construção social que, como tal, só pode existir no contexto social.” (1993, p. 21).

Nas construções sociais acerca da sexualidade, a questão de gênero desempenha também um papel crucial, uma vez que a sociedade define através de normas e regras qual deve ser o comportamento sexual de homens e mulheres. A categoria “gênero” como referência para estudar as relações e os confrontos entre as diferenças e os papéis sociais foi introduzido por Joan Scott em meados do século XX, significando o “[...] elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.” (1991, p.14).

Tais diferenças são determinantes para a construção do gênero através de um longo trabalho histórico e cultural exercendo assim fortes influências sobre os indivíduos. A esse respeito Bourdieu (1989, p.43) pontua que: [...] Trata-se de um trabalho incessante de reprodução, de recriação de estruturas objetivas e subjetivas de dominação [...] pra o qual contribuem agentes específicos entre os quais os homens com suas armas, com violência física e a violência simbólica e instituições família, Igreja, Escola, Estado.

Diante das abordagens sugeridas por Scott (1991) e Bourdieu (1989) entende-se que o gênero é, em grande parte, uma criação sociocultural que se realiza através das representações e estereótipos de feminilidade e de masculinidade impostos direta ou indiretamente ao indivíduo ao longo da vida. Deste modo, homens e mulheres constroem suas identidades acreditando serem inerentes ao seu gênero, sem se dar conta das regras que lhes são inculcadas sutilmente e que estão enraizadas e perpetuadas na sociedade por um longo tempo. A construção social dessas identidades começa a ser estabelecida desde a gestação, quando a família inicia a preparação do enxoval de acordo como o sexo do bebê, ao utilizar, por exemplo, cor rosa para as meninas e azuis para os meninos.

Ao nascer a criança começa a receber instruções sobre os comportamentos que serão adotados, bem como o que se espera dela. Tais instruções não parte apenas da família, mas da escola, da mídia e da sociedade sobre formas de pensar e de agir. De acordo com Costa:

As meninas, por exemplo, são incentivadas a serem passivas, sensíveis, frágeis e dependentes. Seus brinquedos e jogos infantis reforçam o papel da mãe, dona-de-casa, responsáveis consequentemente por tarefas como o cuidado com os filhos e com o lar. As meninas brincam de boneca, de fazer comida, de limpar a casa, tudo no interior do ambiente doméstico. Os meninos, ao contrário, brincam em espaços abertos na rua, jogam bola, brincam de carrinho, de guerra etc. Desde pequenos se dão conta de que pertencem ao grupo que tem poder. Ninguém os manda lavar a louça ou arrumar a cama, e eles são sempre incentivados a serem fortes, valentes e independentes (COSTA, 1998. p. 144)

Esta reflexão destaca que o desenvolvimento da sexualidade humana é resultado de um amplo trabalho sociocultural, no qual a família exerce grande influência como o primeiro agrupamento humano em que o indivíduo se insere ao nascer e posteriormente como um fator marcante no direcionamento de suas

escolhas e decisões ao longo da vida. A sexualidade humana envolve as relações de gênero que reforçam a desigualdade existente entre homens e mulheres. A sexualidade da mulher tem sido vinculada à reprodução e não a satisfação pessoal. Os homens em contrapartida são preparados para viver o prazer da sexualidade, convictos de que a atividade sexual é sinal de masculinidade e virilidade.

Segundo Costa:

A desigualdade de gênero, como outras formas de diferenciação social, é um fenômeno estrutural com raízes complexas instituído social e culturalmente de tal forma que se processa cotidianamente de modo quase imperceptível. Com isso, é disseminada deliberadamente ou não por instituições sociais como a escola, a família, o sistema de saúde, a igreja etc. (COSTA, 1998. p.147).

Dessa forma percebe-se que os valores são instituídos de “modo quase imperceptível”. No âmbito sócio-familiar é muito comum o uso de mensagens repressoras vinculadas de diferentes formas, a exemplo da linguagem verbal como: “isso não é coisa para mulher”, “mulher é o sexo frágil”, “homem não chora”. A construção e desenvolvimento da sexualidade humana é complexa e exige atenção a detalhes do cotidiano familiar e social.(COSTA, 1998).

3. ORIENTAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Ao longo de muito tempo a sexualidade foi ignorada pelas escolas, os educadores agiam como se seus alunos fossem assexuados, mesmo quando chegavam à puberdade. Assuntos acerca da sexualidade eram evitados para não despertar a curiosidade dos educandos, reproduzindo assim os tabus e os rígidos valores sociais. No Brasil, o ensino sofreu fortes influências da Igreja Católica, que por um longo período manteve escolas exclusivamente femininas ou masculinas desempenhando um papel determinante nos mecanismos de repressão e omissão de informações sexuais, principalmente aos jovens. (MAIA, 2006)

Em meados de 1960 e 1970, o Brasil passou por um período de forte repressão com a tomada de poder pelos militares, que instalaram um clima de moralismo puritano e de censura. A atitude moralista defendida pelo golpe militar de 1964 resultou no bloqueio de alguns projetos defendidos em escolas que forneciam informações sobre educação sexual. Este período repressivo deixou marcas no processo de implantação oficial da educação sexual nas escolas. Apesar de pouco

estímulo em relação a alguns projetos, outros seguiram em frente, em colégios particulares, entretanto com pouca divulgação. (ORTTH, 1996).

É importante perceber que, nos anos 50 e 60 com a eclosão de movimentos jovens, já não era possível conter a sexualidade. Surgiu então, o que hoje se chama de educação sexual. As primeiras tentativas foram tímidas: o assunto era tratado pelo professor de biologia, que não explicava coisa nenhuma. (TIBA 1994, p.108)

A educação sexual se deparou com diversos obstáculos oriundos de diferentes seguimentos para sua implantação nas escolas brasileiras. Frente à intensificação das demandas sociais, as escolas não conseguiram mais evitar a abertura de espaços em seu âmbito para discussões sobre o tema. Tais espaços foram pleiteados pelos próprios pais, que não se sentiam seguros para tratar de assuntos relativos ao sexo com seus filhos. Diante disto, foi delegada a escola tal responsabilidade sem que a mesma estivesse preparada para dar conta desse papel. (SUPLICY, 1983)

Na década de 1990 intensificaram-se os projetos e trabalhos de educação sexual desenvolvidas nas escolas devido ao grande número de gravidez precoce e o aumento de pessoas infectadas pelo vírus da AIDS. Atualmente, muitos projetos vêm sendo elaborados no Brasil com o intuito de discutir a sexualidade em escolas públicas e privadas. Desde o surgimento da educação sexual nas escolas até os dias atuais houve várias abordagens e debates até mesmo sobre a própria expressão “educação sexual”, que segundo alguns especialistas caiu em desuso, visto que os mesmos se questionam se é possível educar alguém sexualmente. (MAIA, 2006)

Atualmente, o conceito mais utilizado é o de “orientação sexual”. Entretanto, para falar sobre educação sexual/orientação sexual é indispensável conceituá-la sem, contudo, priorizar uma determinada corrente teórica, tendo em vista que tal assunto é complexo e envolve múltiplos entendimentos. Segundo a sexóloga Gilda Fucs (1993. p.201), a educação sexual é “parte da educação geral que transmite os conhecimentos e mensagens necessárias para que o indivíduo possa adquirir atitudes, expressar seus sentimentos e firmar valores que o permitam aceitar e vivenciar a sexualidade própria e dos outros num contexto livre e responsável”.

A educação sexual que conscientize, liberte e possibilite o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano criticando os conceitos que restringe essa educação ao ensino biológico do sexo ou como meio de impor, ajustar ou coibir

a sexualidade das pessoas. A educação sexual não pode ser vista de forma dissociada da educação que visa à formação integral do indivíduo, devendo está integrada a ela” (ORTTH, 1996, p.8).

Segundo Cesar Nunes e Edna Silva (2006, p.13) a expressão significa “educação sexual” se refere a um conjunto de processos simbólicos significativos e comportamentais, psicossubjetivos e sócio-constitucionais de representação e vivência das identidades e potencialidades sexuais. Estes autores apoiam ainda uma educação sexual que supere os estereótipos sexuais sendo abordada de forma emancipatória, que segundo eles caracteriza-se por “identificar os estereótipos sexuais e questionar seus fundamentos e representações” .

Embora defendam este tipo de educação sexual, tais autores reconhecem que esse processo seja lento, visto que, a priori, faz-se necessário desconstruir e superar concepções tradicionalistas fruto de determinações históricas. A esse respeito Werebe (1998, p.139) define a educação sexual como “todas as ações deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões e valores ligados a sexualidade.”

O conceito de educação sexual é amplo, dando margem a diversas interpretações, pois ao conceituá-la as pessoas recorrem as suas representações sobre o assunto estando estas, diretamente relacionadas aos seus valores e crenças. (FAGUNDES, 2005)

O termo mais aceito ultimamente é o de orientação sexual, nomenclatura escolhida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's, devido ao significado que possui no campo educativo. De acordo com o guia de orientação sexual, a mesma “[...] quando utilizada na área de educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas”. Já a educação sexual, “[...] inclui todo o processo informal pelo qual aprendemos sobre a sexualidade ao longo da vida, podendo ser recebida através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia”. Ou seja, seriam conhecimentos informais passados ao indivíduo por meio dos pais ou por outras fontes através de atitudes e ideias, influenciando o sujeito na construção de conceitos e comportamentos referentes às questões sexuais.

O espaço físico muitas vezes é usado como mural onde observa-se mensagens escritas em paredes, portas, carteiras e banheiros que não deixam dúvidas sobre a existência de uma sexualidade emergente e das curiosidades ligadas ao tema. Mesmo assim “por vezes a escola realiza o pedido impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela” (BRASIL, 1997, p.113).

A introdução da temática da sexualidade nos currículos foi também instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que propõe uma abordagem de maneira articulada entre o tema sexualidade e as matérias curriculares tradicionais estabelecendo uma relação entre os conteúdos e as questões pertinentes ao tema. As indicações dos PCN's (1998, p.299) sobre orientação sexual recomendam que, “a escola deve abordar diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto referência por meio da reflexão” Ainda de acordo com os parâmetros, o trabalho realizado pela escola não substitui nem concorre com a função da família, mas complementa.

3.1 O papel do professor no trabalho de orientação sexual

Atualmente, a maioria das escolas delega este assunto aos professores sem um maior controle do que é exposto por eles em sala de aula. Diante disto, o conteúdo da educação sexual fica restrito nas mãos dos mesmos fazendo com que a abordagem pedagógica dependa muito da sua formação docente, o que pode ocorrer à transmissão de (pré) conceitos aos alunos. Muitos professores necessitam rever a sua sexualidade para poder abordar a temática, pois tendo problemas consigo mesmo em relação à sexualidade, provavelmente em suas aulas, passarão concepções sobre o tema em tom de frustração e inquietação. (BONFIM, 2009)

Os professores encarregados de educação sexual na escola devem ter autenticidade, empatia e respeito. Se o lar está falhando neste campo, cabe a escola preencher lacunas de informações, erradicar preconceitos e possibilitar as discussões das emoções e valores (TELES, 1992, p.47).

Os professores também devem evitar emitir seus próprios juízos de valor e opiniões como “verdades inquestionáveis”. Apesar de ser impossível ficar totalmente isento de opinar, é necessário uma permanente atenção para que as questões sejam expostas, refletidas e discutidas sem que apenas uma resposta prevaleça como verdade absoluta. O trabalho desenvolvido pelo professor deve estar pautado

em um planejamento sistemático e transformador, visando à promoção do bem estar sexual a partir de valores baseados nos direitos humanos e relacionamentos de igualdade e respeito entre as pessoas.(NUNES, 2006)

A educação sexual desenvolvida no contexto escolar deve ter como objetivo empregar professores com um preparo adequado para desempenhar de forma significativa o seu papel, auxiliando os 29 alunos no esclarecimento de suas dúvidas, ansiedades, dificuldades e angústias, pois segundo Suplicy, (1983, p.23). “a criança chega na escola com todo tipo de falta de informação e geralmente com uma atitude negativa em relação ao sexo” A lacuna existente nos currículos dos cursos de formação de professores é um dos entraves para o desenvolvimento de um trabalho sistemático de orientação sexual no contexto escolar.

Na formação de professores a grade curricular não contempla um conteúdo específico que aborde profundamente a temática fazendo com que os docentes sintam-se despreparados, passando a tratar o tema em suas aulas por um único aspecto, o das ciências biológicas, reduzindo a orientação sexual ao aparelho reprodutivo em detrimento das dimensões culturais, afetivas e sociais inerentes a sexualidade. É imprescindível a capacitação e a conscientização do professor sobre o tema, pois o educando ao chegar ao ambiente escolar traz consigo características e influências de contextos maiores, diante disso, a aprendizagem do indivíduo só pode ser entendida dentro de situações nas quais está inserido, em contextos como a família e a escola, que por sua vez fazem parte de contextos macros: culturais e sociais (FAGUNDES, 2006).

A aprendizagem é um fenômeno que se realiza através de uma rede de relações na qual estão os valores oriundos das interações familiares e sociais de uma determinada cultura e época. É de suma importância que o professor considere a subjetividade do educando e suas experiências socioculturais e familiares nas situações de aprendizagem, pois a mesma é como uma rede de relações conectada por diversos fatores internos e externos. (FOUCAULT, 1993)

A orientação sexual não se restringe apenas a transmissão de informações sobre sexo, significa também o contato entre pessoas, transmissão de valores, atitudes e comportamentos. É fundamental que os educadores estejam preparados psicologicamente e pedagogicamente para falar sobre o assunto, pois observa-se que, a maioria não possui preparação suficiente e o que sabem está baseado em troca de informações com colegas e em restritas leituras, que se limitam aos

aspectos biológicos sem considerar os sentimentos e as emoções envolvidas neste processo. Falar sobre sexo na escola ainda é motivo de tensão, tanto para alunos quanto para professores. Estes se protegem da ansiedade com dados científicos e os alunos com brincadeiras e gozações. (MAIA, 2006)

O objetivo dessa abordagem é uniformizar a linguagem em comum acordo com os alunos. Tal entendimento é primordial, pois promove o diálogo para assuntos mais importantes que integram a parte afetiva do relacionamento e do prazer. A forma de trabalho do professor é decisiva para o bom entendimento do assunto e a ampliação do diálogo em sala de aula. Para auxiliar neste processo, os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) abordam a orientação sexual em seus temas transversais trazendo propostas para os trabalhos referentes a este assunto no contexto escolar.

A proposta dos PCN's sugere uma ação pedagógica que estimule a reflexão e auto formação do educando, tendo em vista que este trabalho é um complemento da educação familiar recebida pelo aluno. Nos objetivos gerais os PCN's pontuam que a finalidade do trabalho de orientação sexual é:

[...] Contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade sendo capazes de: [...] respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade; compreender a busca de prazer como um direito; conhecer seu corpo; valorizar e cuidar da sua saúde; identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes; identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos dos outros; proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores, evitar uma gravidez indesejada; tomar decisões responsáveis a respeito da sexualidade. (BRASIL, PCN'S, 1998, p.311).

O trabalho de orientação sexual proposto pelos PCN's sugere uma superação das formas tradicionais, nas quais a sexualidade era orientada unicamente para as funções reprodutivas e remoção dos desejos, tolhendo os comportamentos sexuais. Nesta nova concepção, a orientação sexual considera a busca do prazer, os sentimentos e desejos como parte integrante desse processo, valorizando a auto-formação e os direitos individuais, bem como o respeito à diversidade e as expressões sexuais. Os PCN's enfatizam, ainda, a necessidade de uma relação de confiança entre alunos e professores, na qual o educador precisa se mostrar

disponível para conversar, abordando a questão de forma direta e esclarecedora, evitando a emissão de opiniões, a fim de que os alunos possam chegar (ou não) as suas próprias conclusões. (BRASIL, PCN'S, 1998)

É fundamental, também, que o educador possua uma formação profissional adequada e consciente para não transmitir informações equivocadas sobre o assunto. Segundo os PCN's, os professores necessitam revisar suas próprias dificuldades diante do tema com questões teóricas, leitura e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens, preparando-se para intervenções práticas diante dos alunos. De acordo com os parâmetros: "a formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre os valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de orientação sexual" (BRASIL, 1998, p. 303). É necessário, portanto que os educadores se preparem efetivamente para abordar o tema de forma adequada, identificando seus próprios valores e comportamentos a fim de evitar a transmissão e a imposição de concepções pessoais.

3.2 O papel do gestor escolar no trabalho de orientação sexual

As constantes mudanças sociais ocorridas no mundo indicam que a escola deve contemplar as exigências impostas pelas novas demandas da sociedade. Atualmente, as organizações escolares deparam-se com várias transformações e desafios que exigem posturas educativas inovadoras, trabalho coletivo e novas práticas pedagógicas. Nesse contexto, o desempenho do gestor escolar deve estar em sintonia com os novos padrões sociais através de ações que envolvam não só os aspectos organizacionais e operativos, mas também as dimensões pedagógicas e psicossociais do processo de ensino. (RIBEIRO, 2004)

De acordo com Penin & Vieira (2002, p.13), "a escola sofre mudanças de acordo com os momentos históricos, sempre que a sociedade defronta-se com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições são exigidas da escola". Frente a estas mudanças, a atuação do gestor é de suma importância na articulação da equipe escolar em prol de um trabalho escolar que atenda as demandas atuais.

As transformações também influenciaram os valores ligados à sexualidade, a exemplo dos novos arranjos familiares e das diferentes opções sexuais, observando-

se ainda a evidência do número de crianças que sofrem abuso sexual, da gravidez na adolescência e do avanço das DST's. Perante esta realidade, o papel do gestor escolar não deve restringir-se ao gerenciamento administrativo e financeiro nem apenas a coordenação e controle de pessoal. O gestor também deve ser um líder pedagógico, apoiando o estabelecimento das prioridades, avaliando, planejando, organizando, participando dos programas de qualificação de professores e funcionários, enfatizando a importância dos resultados alcançados pelos alunos. (BRASIL, 1997).

O gestor deve criar um clima positivo e ser eficaz para solucionar conflitos visando o aprimoramento contínuo dos trabalhos escolares. O gestor escolar atual deve reunir competências e habilidades que ajudem a estabelecer objetivos claros, bem como os meios necessários para alcançá-los, encorajando os professores e auxiliando-os na descoberta de recursos necessários para que realizem um bom trabalho através de ações coletivas e participativas que envolvam a gestão e todo o corpo docente. Um gestor eficiente é capaz de desenvolver o potencial de trabalho de toda sua equipe fazendo com que sintam-se capazes de transformar e realizar com sucesso todos os projetos desenvolvidos pela instituição de ensino, inclusive ações e alternativas para o trabalho de orientação sexual na unidade. (BRASIL, 1997).

As escolas bem dirigidas possuem uma cultura de reforço mútuo que envolve confiança, interação entre funcionários e participação coletiva na construção de objetivos pedagógicos e curriculares. Deste modo, criar condições para a troca de informações profissionais entre educadores e aumentar a integração entre eles faz parte dos esforços em prol de um clima organizacional satisfatório. A esse respeito é importante salientar que: Os dirigentes da escola ao redor do mundo estão descobrindo que os modelos convencionais de liderança não são mais adequados. As escolas necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, capazes de trabalhar junto com os professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e adquirir as habilidades necessárias e ainda serem capazes de ouvir o que os outros têm a dizer, delegar autoridade e dividir o poder. (LUCK 1998, p.34)

Antes estas demandas, os dirigentes escolares não podem restringir suas ações unicamente as funções administrativas. Seu papel é promover um clima organizacional que favoreça um trabalho coletivo de trocas e interação formando um

consenso sobre os valores e metas a serem alcançados. Neste contexto favorável, o gestor pode implantar alternativas para o trabalho de orientação sexual de modo que o mesmo não fique apenas a cargo dos professores, através das aulas de ciências. A escola não pode se omitir diante da relevância da sexualidade, visto que a mesma é parte integrante do desenvolvimento global do indivíduo. (LUCK, 1998)

O gestor neste contexto é uma peça chave para a implantação de alternativas que contemplem as necessidades dos educandos e envolva todo o corpo escolar através de um trabalho coletivo e eficaz. A imagem do gestor escolar simplesmente como um gerenciador administrativo encontra-se ultrapassada frente às exigências atuais. O desenvolvimento de uma orientação sexual efetiva e sistemática no contexto escolar é possível. (CARVALHO, 2004)

A execução de um trabalho significativo de orientação sexual na escola torna-se mais fácil com a articulação e a ação coletiva de toda a equipe escolar. Nessa conjuntura o gestor tem uma participação importante como facilitador e provedor de recursos e programas que auxiliem o trabalho pedagógico e conseqüentemente todo o corpo docente. Cabe ao diretor envolver toda a equipe escolar num processo contínuo de discussões sobre o sentido da orientação sexual no contexto concreto da sociedade atual, transformando a escola num verdadeiro centro de informações, debates e avaliações a respeito das questões referentes à sexualidade, procurando firmar a posição da escola ante aos contínuos desafios. O Gestor, portanto deve estar diariamente comprometido com a unidade escolar e seus educandos empenhando-se na construção de uma imagem positiva de si, dos alunos e da escola, pois a satisfação dos mesmos é o reflexo de um bom trabalho de gestão escolar. (RIBEIRO, 2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola exerce um papel fundamental devendo buscar parceria com a família que também é responsável pela educação sexual.

A educação sexual repensada e trabalhada pela escola através de metodologia e projetos diversificados poderá promover o desenvolvimento da sexualidade de forma segura e responsável evitando a busca de informação na mídia e nos amigos.

A equipe escolar precisa estar preparada para trabalhar o tema que é complexo e envolve concepções biológicas, sociais e psicológicas.

A educação sexual é tema imprescindível na formação dos adolescentes, evita a gravidez indesejada, a contaminação por Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e distúrbios psicológicos e sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Orientação sexual / Secretaria de educação. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais – Brasília: MEC/CEB, 1998.
- BERNARDI, Marcello. A deseducação sexual. (tradução de Antonio Negrini). Novas buscas em educação; v.21. São Paulo: Summus, 1985.
- BOURDIEU. Pierre. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? o dever de casa e as relações família–escola. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação. n. 25. jan.– abr., 2004
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Afetividade e sexualidade na educação, um novo olhar. Secretaria de Educação de Minas Gerais / Fundação Odebrecht, 1998.
- COSTA. Maria das Graças e MAGNO, Vângela. Educação Sexual nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio: Realidade ou Utopia?. Disponível em: www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/educacao_sexual_nas_escolas. Acesso em: 07.08.16.
- CUNHA, Maria da Conceição Melo do. A importância dentro de mim – educação sexualizada de jovens com deficiência mental. IN: Caderno de textos, Educação, Arte, Inclusão / organização. André Andries. Vol 1, n. 1. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.
- FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho: Sexualidade e gênero – Uma abordagem conceitual. IN: Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero. / organização. Salvador: Helvécia, 2005.

FREUD, Sigmund (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Obras psicológicas completa: Edições standard Brasileira. Vol VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio: Graal, 1993.

FUCS, Gilda Bacal. Por que o sexo é bom?: Orientação para todas as idades. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed Rosa dos tempos. 1993.

HOLANDA, M. L. et al. O papel do professor na educação sexual de adolescentes. Cogitare Enfermagem, v. 15, n. 4, p. 702-708, 2010.

FURLANI, Jimena. Mitos e Tabus da Sexualidade Humana – Subsídios ao trabalho em Educação Sexual. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

GIDDENS, Anthony. A Transformação da intimidade. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GUIA de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994.

LIMA, A. A. et al. Educação sexual infantil: interação entre a família e a escola como um fator determinante para uma educação eficaz. Pedagogia em Ação, v.2, n.1, p. 1-103, fev./jun. 2010.

LUCK, Heloísa. O Papel do gestor na implantação de políticas educacionais. Curitiba, 1998. Texto fotocopiado.

LÜCK, Heloísa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A. 1998.

MAIA, A. C. B. et al. Orientação sexual para professores: formulário para avaliar a aquisição de conhecimento sobre sexualidade infantil. Minessis, Bauru, v. 27, n. 2, p. 107- 123, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) Pesquisa Social.– Teoria, método e Criatividade. 9. Ed. Petrópolis: Vozes. 2004.

NUNES, César e SILVA, Edna. A educação sexual da criança: Subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. 2ª edição. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

ORTTH, Edgar. Educação sexual da criança. 11ª ed. Petrópolis. RJ: Ed. Vozes, 1986.

PENIN, Sônia T. S.; VIEIRA, Sofia L. Refletindo sobre a função social da escola. In VIEIRA Sofia Lerche (org). Gestão da escola – Desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NOVA ESCOLA. Você está pronto para falar de sexo? São Paulo: Editora Abril. Agosto 2008.

RIBEIRO, M. Conversando com seu filho sobre sexo. São Paulo: Academia de Inteligência, 2009.

REVISTA ISTO É. Sexo cada vez mais cedo. Edição 2056. Maio 2009. WEREBE, Maria José Garcia. Sexualidade, política e educação. Campinas, SP: Ed. Autores associados, 1998.

SAMPIERI, Roberto Hernández. Metodologia da pesquisa. 3 ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006. SCOTT, Joan. W. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS corpo, 1991.

SUPLICY, Marta. Conversando sobre sexo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. TELES, Maria Luíza Silveira. Educação, a revolução necessária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

TIBA, Içami. Adolescência o despertar do sexo. São Paulo: gente, 1994.